

# TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS, (DES)CONCENTRAÇÃO ESPACIAL E INSERÇÃO INTERNACIONAL: uma análise para a economia baiana com base na teoria da base produtiva

*Fernanda Calasans Costa Lacerda<sup>1</sup>  
Gustavo Casseb Pessoti<sup>2</sup>  
Josias Alves de Jesus<sup>3</sup>*

**RESUMO:** Este artigo analisa a dinâmica econômica dos trinta maiores municípios exportadores do estado da Bahia, com destaque para as externalidades geradas pelas suas exportações sobre a participação no Produto Interno Bruto (PIB) do estado e a geração de empregos formais. O objetivo geral do trabalho é investigar a capacidade do setor externo de afetar positivamente o crescimento econômico municipal, fundamentando-se nas formulações teóricas do pensamento econômico da Cepal e da Teoria da Base Exportadora. Adicionalmente, busca examinar o efeito do incremento das exportações dos municípios selecionados na configuração

---

<sup>1</sup> Mestre em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia, professora assistente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Email: fecalasangmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Análise Regional pelo Programa de Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU/Unifacs) da Universidade Salvador, professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade Salvador, gestor governamental do estado da Bahia – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Email: cassebpessoti@gmail.com

<sup>3</sup> Mestre e doutorando em Análise Regional pelo Programa de Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU/Unifacs), professor assistente do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Email: josiasalves@uesb.edu.br

econômico-espacial da Bahia, caracterizada por elevada concentração territorial e setorial. A análise foi realizada com base nos dados municipais relativos ao comércio externo, à atividade econômica e ao mercado de trabalho, disponibilizados por órgãos federais e estaduais, referentes ao período 2000-2012. Os resultados revelam que os municípios exportadores conseguiram ampliar a sua participação no PIB estadual, contribuindo para reduzir a concentração econômico-espacial em torno da Região Metropolitana de Salvador. Além disso, foi possível constatar, através do multiplicador de emprego, que o setor externo produz impacto positivo na geração de emprego formal nesses municípios.

**Palavras-chave:** Comércio internacional. Economia regional. Desconcentração espacial. Bahia.

**ABSTRACT:** This article analyzes the economic dynamics of the thirtylargest exporters in the state of Bahia, with the reference to the externalities generated by their exports on the share of the GDP. The goal of this study is to investigate the ability of the external sector to affect the localeconomic growth, basing on the theoretical formulations of the Cepal. Additionally, it analyzes the effect of the increase in exports of selected economic and spatial configuration of Bahia, characterized by high spatial and sectoral concentration. The analysis was based on municipal data on foreign trade, the economic activity and the labor market, made available by federal and state agencies for the period 2000-2012.

**Keywords:** International trade. Regional economy. State of Bahia.

## INTRODUÇÃO

Nos idos dos anos 1940 do século passado, Otávio Mangabeira cunhou uma expressão – que alguns anos mais tarde foi popularizada por Manuel Pinto de Aguiar –, para denominar o que ele considerava ser o Enigma Baiano. Questão emblemática no cerne das discussões de economia baiana, essa expressão que fora analisada por muitos estudiosos, dos quais, Rômulo Almeida, Luís Henrique Dias Tavares e Clemente Mariani, tentava interpretar o problema da involução industrial da Bahia. Afinal, o que ocorria era um quadro de estagnação ou mesmo decadência dos setores têxtil e fumageiro que já haviam exercido papel de destaque na economia baiana a partir da segunda metade do século XIX e o desapa-

recimento de um conjunto de empresas manufatureiras que surgiram nos primeiros anos da República.

Para tentar resolver o problema enunciado pelo Enigma, a Bahia apostou em uma estratégia industrialista, apoiada nas ideias estruturalistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), de que o caminho para o desenvolvimento econômico perpassava pelo fomento das cadeias industriais capazes de gerar externalidades para toda economia e modificara inserção internacional de economias periféricas. Planos de desenvolvimento industrial alicerçados em incentivos fiscais combinados com as ações do Estado desenvolvimentista buscavam consolidar a modificação na estrutura produtiva do estado, de forma a diminuir a sua dependência da secular economia agrícola (que se revezara do açúcar para o fumo e depois para o cacau) e aumentar a diversificação econômica da Bahia com reflexos importantes para geração de emprego, renda e para o crescimento econômico.

No entanto, a despeito do relativo sucesso dessa estratégia de desenvolvimento apoiada na “complexificação” industrial e nos ganhos das relações exteriores, a economia baiana se defrontou com outros problemas de igual importância, que estavam relacionados com a dificuldade de espraiamento de sua economia para o interior do estado, resultante da enorme concentração do Produto Interno Bruto (PIB) na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Aparentemente, como assim argumentaram economistas contemporâneos muito importantes, como Guerra e Teixeira (2000) e Menezes (2000), a economia baiana deixava de ser representada pela “praça comercial de Salvador” e passa para o Polo Petroquímico de Camaçari. Os referidos textos, que até hoje servem de base para todos os estudos socioeconômicos sobre a Bahia, defendiam uma “dinâmica espasmódica e exógena” e uma concentração do PIB baiano na RMS, com apenas 10 municípios representando mais de 70% de todas as riquezas produzidas pelo estado.

Deste modo, esse trabalho não tem a pretensão de contestar as conclusões já assumidas para o estudo da evolução econômica da Bahia, mas de oferecer um contraponto, baseando sua análise no desempenho econômico dos maiores municípios exportadores da Bahia. O argumento aqui defendido é que a análise agregada da economia baiana esconde uma tendência de desconcentração, principalmente quando analisada sob o viés dos municípios baianos situados fora da RMS e que aumentaram seu dinamismo econômico ao longo dos últimos anos apoiados no incremento de suas relações internacionais.

A justificativa para tal proposição ficou mais evidente quando os dados estatísticos foram desagregados para analisar a evolução da economia

baiana a partir dos municípios do interior e revelaram que os maiores municípios exportadores situados fora da RMS são os que apresentaram maior crescimento econômico, que se refletiu em aumento de suas participações no PIB estadual.

Desta forma, esse artigo tem como objetivo contribuir para as discussões sobre a realidade atual da economia baiana e tentar associar o aumento do dinamismo econômico interno aos ganhos aludidos pelas teorias que defendem o comércio exterior como vetor para o desenvolvimento econômico dos estados periféricos. Além dessa singela introdução, o artigo apresenta mais outras cinco seções. Na próxima seção, é feita uma breve apresentação das principais teorias que discutem sobre os ganhos de comércio internacional para o crescimento econômico, entre elas a Teoria Estruturalista da Cepal e a Teoria da Base de Exportação.

Na seção seguinte, é feita uma análise tradicional da forma como a economia baiana é normalmente retratada pelos maiores estudiosos contemporâneos, de forma a evidenciar como se deu a evolução econômica da Bahia e sua relação com o resto do mundo, incluindo uma análise recente da internacionalização da economia medida pelo aumento das exportações. Na quarta seção, são feitas as considerações sobre o dinamismo recente dos maiores municípios exportadores, que tiveram suas informações desagregadas de modo a retratar os dados econômicos em dois painéis: os municípios exportadores da RMS e os chamados de “municípios do interior”, forma designada para analisar os municípios exportadores que estão localizados fora do cinturão da região metropolitana. Essa desagregação foi feita com o propósito de verificar se há um processo de desconcentração da economia baiana em torno dos municípios que mais se sobressaem nas relações de comércio exterior e se esses municípios se destacam tanto do ponto de vista do crescimento econômico, como da geração de empregos, em relação aos demais analisados.

Posteriormente, foram realizadas análises do multiplicador da base exportadora sobre os empregos formais dos municípios baianos. Essa análise teve como objetivo fazer um teste empírico com base nos multiplicadores normalmente utilizados em análises que tomam a Teoria da Base Exportadora como referência. Nessa seção, que antecede às considerações finais do artigo, buscou-se evidenciar a importância dos setores exportadores tanto do ponto de vista da geração de postos de trabalho formal, como do ponto de vista da geração de externalidades para os demais setores produtivos dos municípios baianos.

## ANÁLISE DOS GANHOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL: UMA BREVE ABORDAGEM CONCEITUAL

Desde os economistas clássicos, a ciência econômica se preocupa com as questões relativas aos fluxos produzidos pelo comércio internacional. Ao longo da história do pensamento econômico, vários foram os trabalhos que enfatizaram o papel destes fluxos no desenvolvimento econômico dos países e regiões e seus impactos sobre os principais agregados macroeconômicos. De um modo geral, a discussão se concentra na capacidade que as atividades voltadas para o comércio externo possuem de gerar externalidades positivas e do seu efeito multiplicador sobre as demais atividades.

Um dos primeiros teóricos a discutir o comércio internacional e a defender os seus ganhos para as economias nacionais foi Adam Smith (1776), com o princípio das Vantagens Absolutas. Segundo este princípio, as nações deveriam se especializar na produção do bem que produzissem com maior vantagem absoluta, sendo esta vantagem determinada pela quantidade de trabalho necessária para produzir determinado produto. Assim, os países exportariam o que melhor produzissem e importariam o que produziriam a um custo mais elevado. Nesse contexto, está implícito que a nação que não apresentasse nenhuma vantagem absoluta, não poderia participar do comércio internacional.

Para David Ricardo (1776), a especialização completa sugerida por Smith seria apenas um caso particular, pois existiriam economias que seriam mais eficientes na produção de todos os bens. Diante dessa constatação, Ricardo (1776) propôs que os países deveriam se especializar na produção do produto sobre o qual tivessem maior vantagem comparativa, pois isso resultaria em maior produtividade e, conseqüentemente, maiores ganhos. Para identificar a vantagem comparativa de uma nação, esse autor parte da análise dos preços relativos, fundamentando-se na mesma análise do valor-trabalho adotada por Smith (1776). A síntese da argumentação ricardiana é que o comércio bilateral é sempre mais vantajoso que a autarquia para duas economias cujas estruturas de produção sejam similares. (BAUMANN; CANUTO; GONÇALVES, 2004)

A contribuição da Escola Neoclássica à Teoria do Comércio Internacional ocorreu, inicialmente, com o trabalho do economista sueco Eli Heckscher, que apresentou o argumento de que o comércio internacional iguala os preços dos fatores de produção entre os países. Este trabalho foi desenvolvido mais tarde pelo também sueco Bertil Ohlin, para o qual há apenas uma tendência à equalização dos preços dos fatores. Essa contribuição é conhecida na literatura econômica como Teorema Heckscher-Ohlin

(HO).<sup>4</sup> Segundo esse teorema, cada nação exportará o produto que usa de forma intensiva o fator que é relativamente abundante domesticamente e importará o produto que exija a utilização do seu fator escasso.

Para Brum (2002), a diferença principal entre clássicos e neoclássicos é que os últimos saem do modelo ricardiano, de um único fator de produção, para uma análise que engloba o conjunto dos fatores de produção, sua intensidade de utilização e sua interação entre os recursos de produção, bem como a tecnologia adotada na produção pelos diferentes países.

Ao longo da segunda metade do século XX, surgiram novas ideias e teorias para explicar os fluxos de comércio.<sup>5</sup> Entre estas formulações, destacam-se aquelas que consideram a existência de economias de escala e concorrência imperfeita como situações características da economia internacional, como a elaborada por Paul Krugman, no final dos anos 1970. Esse autor demonstra que a existência de economias de escala aumenta a possibilidade de haver intercâmbio, mesmo entre economias com dotações semelhantes de fatores.

Para Oliveira e Guilhoto (2008), a abordagem de Krugman avança em relação aos postulados neoclássicos ao argumentar que o comércio internacional é uma estratégia para que as grandes corporações, atuando em concorrência monopolística, possam alcançar maiores escalas de produção e, por consequência, aumentar suas participações no mercado.

A análise do papel do comércio internacional na promoção do desenvolvimento econômico dos diversos países recebeu outras importantes contribuições ainda no século XX, principalmente no que se refere aos efeitos do comércio exterior para os países menos desenvolvidos. Nesse sentido, as formulações teóricas e políticas da Cepal, no período pós-Segunda Guerra Mundial, constituem-se em importante contribuição para a compreensão das economias latino-americanas. Para Corazza (2006, p. 136), a “CEPAL não se propõe a elaborar uma ‘teoria geral’ do desenvolvimento capitalista, mas o que se poderia chamar de uma ‘teoria aplicada’ das condições específicas do subdesenvolvimento da América Latina.”

A teoria cepalina, com destaque para as ideias do economista argentino Raul Prebisch, parte da visão de que o sistema econômico mundial é formado por dois grupos de países: a) os países centrais, referindo-se àquelas economias que passaram por mudanças na estrutura produtiva, ou seja, que acompanharam a Revolução Industrial, conseguindo se modernizar e elevar

---

<sup>4</sup> Posteriormente, Paul Samuelson formalizou de forma definitiva o teorema de equalização dos preços que ficou conhecido como teorema Heckscher-Ohlin-Samuelson (H-O-S). (BAUMANN; CANUTO; GONÇALVES, 2004)

<sup>5</sup> Para um resumo dessas teorias, ver: Baumann, Canuto e Gonçalves (2004).

o nível de renda e, conseqüentemente, tornaram-se o centro das decisões econômicas do mundo; b) e os países periféricos ou subdesenvolvidos, caracterizados pelo baixo nível tecnológico, baixa diversificação produtiva e concentração das atividades econômicas no setor primário. É neste segundo grupo de países que os trabalhos da Cepalse concentram, na tentativa de identificar os problemas resultantes da tardia industrialização da periferia e as suas causas relacionadas com períodos históricos antecedentes.

Segundo o pensamento econômico da Cepal, os países periféricos estavam em desvantagem no comércio internacional, pois enquanto estes exportavam produtos primários de baixo valor agregado, importavam produtos industrializados intensivos em tecnologia e de alto valor agregado. Assim, aceitando-se os argumentos da Teoria Clássica e/ou da Teoria Neoclássica do Comércio Internacional, essas economias estariam fadadas a enfrentar problemas no balanço de pagamentos, gerando uma deterioração dos termos de troca.

A alternativa proposta para conter esse desequilíbrio era a industrialização com o intuito de promover a substituição de importações, diminuindo a dependência externa. No entanto, a expansão da renda interna, ocasionada pelo processo de industrialização voltado para o atendimento do mercado interno, não evitaria a deterioração dos termos de troca, uma vez que a elasticidade-renda da demanda por produtos importados é menor nos países desenvolvidos (demandantes de bens de baixo valor agregado) do que nos países periféricos (demandantes de bens de maior valor agregado).

A superação das dificuldades enfrentadas pelos países subdesenvolvidos não se resumiam à promoção da industrialização. Os problemas estruturais dessas economias, causados pela falta de planejamento e de estrutura, contribuíam para obstruir o processo de desenvolvimento econômico. (SANTOS; OLIVEIRA, 2008)

Fazia-se necessário entender que as economias latino-americanas eram formadas por dois setores. O primeiro deles era o setor exportador, responsável pela produção dos produtos primários destinados ao comércio internacional, isto é, o setor que permitia caracterizar essas economias como primário-exportadoras. Mas havia também um setor de subsistência, com baixo rendimento e reduzida capacidade de gerar excedentes, que concentrava grande contingente populacional. (PINTO, 2000)

Tal entendimento permitiu reconhecer a existência de uma “periferia interna”. (PINTO, 2000) Ou seja, regiões periféricas dentro de países periféricos. A modificação desse cenário não aconteceria de modo natural, sendo resultado de ações de políticas econômicas e sociais. Por isso, era preciso incentivar a modernização produtiva dessas regiões, ampliando o

mercado interno, quer seja do ponto de vista da demanda (pelo aumento da renda) ou do ponto de vista da oferta (maior diversificação produtiva).

Figueiredo (1990, p. 143) afirma que na estratégia desenvolvimentista cepalina

[...] propugnava-se uma postura essencialmente ativa do Estado nos países latino-americanos, com a finalidade precípua de criar aquelas condições de infraestrutura e de indústrias básicas, indispensáveis ao estímulo para que o empresário capitalista assumisse, na América Latina, sua face inovadora, audaz, desbravadora, ousaria mesmo dizer ‘schumpeteriana’.

Nesse sentido, diante dos problemas característicos das economias periféricas e da posição subalterna que estas ocupavam na divisão internacional do trabalho, a atuação do Estado seria indispensável na superação dos enclaves estruturais e na criação de um ambiente econômico interno capaz de diminuir a dependência do mercado externo e permitir a expansão da produção de bens industriais.

Outro ponto destacado nos estudos da Cepal foi a proposta de integração dos países latino-americanos com o objetivo de promover o desenvolvimento regional. Somada à industrialização e ao enfrentamento dos problemas estruturais, a integração regional “[...] é vista como um meio de proteção e de fortalecimento das economias regionais para garantir uma inserção mais segura e uma competitividade global em condições mais igualitárias.” (CORAZZA, 2006, p. 149) Mais recentemente, nos anos 1990, o modelo de integração econômica defendido pela Cepal sofreu alterações, resultando na defesa do que se chamou regionalismo aberto. Este se define como

[...] un proceso de creciente interdependencia económica a nivel regional, impulsado tanto por acuerdos preferenciales de integración como por otras políticas en un contexto de apertura y desreglamentación, con el objeto de aumentar la competitividad de los países de la región y de constituir, en lo posible un cimiento para una economía internacional más abierta y transparente. (CEPAL, 1994)

Nota-se que o regionalismo aberto, diferentemente das ideias anteriormente defendidas pelo pensamento econômico da Cepal, não destoia das proposições e análises da teoria econômica convencional, na medida em que não mais propõe alteração nos mecanismos de mercado, mas sim o alinhamento das economias latino-americanas às políticas de abertura e liberalização econômica. Mais do que isso, essa nova fase do pensamento cepalino propõe que as economias latino-americanas se voltem para o mercado externo, adequando-se às exigências deste mercado. (CORAZZA, 2006) Tal fato contraria o pensamento histórico estrutural da Cepal, que apontava o crescimento voltado para fora das economias latino-americanas como um dos principais entraves para o seu desenvolvimento.

As discussões em torno da relação existente entre fluxos de comércio internacional e desenvolvimento regional não se limitam às contribuições do pensamento econômico da Cepal. Paralelamente aos estudos cepalinos, outros autores procuraram analisar a exportação de produtos primários e secundários como estratégia de desenvolvimento/crescimento das regiões, chegando a conclusões distintas das apresentadas pela Cepal.

De acordo com Watkins (1977), o enfoque dos produtos primários é, essencialmente, uma inovação canadense, sendo o seu principal expoente Harold Innis. Ainda segundo Watkins (1977), a hipótese central da teoria dos produtos primários é que as exportações desses produtos constituem o setor predominante da economia e estabelecem o ritmo de crescimento econômico. Com isso, o desenvolvimento econômico será um processo de diversificação em torno de uma base de exportação.

O argumento central da teoria do produto primário, portanto, são os efeitos de dispersão do setor exportador, ou seja, o impacto da atividade de exportação sobre a economia e a sociedade locais. O processo de aumento das exportações significa uma elevação da renda do setor exportador. O gasto desta renda gera oportunidades de investimento em outros setores, tanto interna como externamente. Os fluxos de renda geram um mecanismo multiplicador-acelerador desagregado, causando efeitos de encadeamentos “para frente” e “para trás” tal como preconizado por Hirschman (1977). Em síntese, a teoria do produto primário torna-se uma teoria de formação de capital para o setor exportador em expansão.

Ao concordar com Harold Innis acerca da teoria do produto primário como base para a compreensão do desenvolvimento econômico do Canadá, North (1977) vai ampliar esta visão e elaborar a expressão “base de exportação” para designar os produtos de exportação de uma região. Contudo, ele chama a atenção de que o termo “produtos primários” não se refere apenas aos produtos extrativos, mas aos principais produtos da região podendo ser do setor primário ou secundário. Ainda segundo

North (1977), à medida que as regiões crescem em torno de uma base de exportação, desenvolvem-se economias externas, melhorando o custo competitivo destes artigos de exportação, gerando efeitos positivos sobre a base de crédito, os meios de transporte, treinamento de mão de obra, serviços auxiliares, pesquisa, tecnologia e outras.

Em síntese, a Teoria da Base de Exportação ressalta a capacidade das exportações em gerar efeitos multiplicadores sobre a região, impactando positivamente nas demais atividades produtivas e afetando, também, a distribuição espacial das áreas urbanas. Deste modo, os argumentos dessa teoria vão em sentido oposto aos propostos pela teoria cepalina, uma vez que parte do crescimento “para fora” para impulsionar o crescimento interno.

## **ECONOMIA BAIANA: TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NO PERFIL PRODUTIVO E EXPANSÃO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS INTERNACIONAIS**

Conforme exposto na seção anterior, durante os anos 1950 do século passado, muitos estudos e análises foram feitos sobre as questões estruturais regionais e seus processos de desenvolvimento. No contexto desse ambiente, o documento intitulado “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste” realizado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), elaborado em 1959, revestiu-se de uma importância singular por ter representado uma “[...] síntese de várias concepções relevantes a nível teórico da segunda metade dos anos 50 sobre o processo de desenvolvimento regional.” (SPINOLA; ARAÚJO; PEDRÃO, 1997, p. 40)

Influenciado pelo pensamento cepalino, do qual sorveu suas ideias básicas, esse trabalho apresentou um referencial teórico assentado em um conjunto de concepções inovadoras e polêmicas produzidas por uma plêiade de pesquisadores que se debruçaram sobre a temática do subdesenvolvimento nos idos de 1955 a 1958. Pensadores como Perroux (1977), Myrdal (1972) e Hirschman (1977), em congruência com as teses da Cepal, serviram de reforço teórico para este relevante estudo organizado por Celso Furtado.

O quadro de evidente desigualdade regional que existia no Brasil, onde o Nordeste exercia um papel periférico no conjunto da economia nacional, poderia ser revertido, segundo o estudo, a partir de um planejamento que buscasse proporcionar mudanças estruturais no panorama então vigente. A solução encontrada era fruto de uma combinação de diagnósticos da

Cepale de um grupo de especialistas, conforme sintetizaram Spinola, Pedrão e Zacarias (1983, p. 154):

A saída para o Nordeste seria uma espécie de causação circular (Myrdal) em sentido contrário ao processo que se dava até então: um grande impulso (RosensteinRodan) representado por mudanças estruturais baseadas no planejamento (CEPAL) e na utilização dos elementos dinâmicos da própria economia nordestina. Esses elementos seriam o setor exportador, que forneceria a base de recursos (North) capaz de ampliar a poupança interna, os investimentos públicos germinativos (Hirschman) e a industrialização motriz (Perroux), que, em conjunto e dentro de um plano cuidadosamente traçado e executado, possibilitariam o desenvolvimento regional a um ritmo adequado e em nível de auto-sustentação (CEPAL).

No caso da Bahia, a história econômica recente, analisada por meio de sua evolução no decurso dos últimos 60 anos, revela o caráter industrialista adotado pela esfera governamental no anseio de promover uma transformação nas bases de sua estrutura produtiva. O caminho identificado para alcançar tal objetivo nunca foi original e sempre esteve direta ou indiretamente relacionado a algum tipo de política de isenções fiscais, usada há algum tempo como mecanismo de atrair agentes econômicos e dinamizar a economia.

Na época em que o planejamento realmente era um instrumento para o desenvolvimento e que predominava a ideia de que o Estado não era considerado como causador das mazelas da sociedade contemporânea, a Bahia logrou um grande processo de industrialização fomentado por ações desenvolvimentistas da esfera estatal, que encontrou seu apogeu no final dos anos 1970 com a criação do maior complexo petroquímico da América Latina.

A partir do final dos anos 80, sem poder contar mais com o apoio do Estado na dinamização das economias menos favorecidas, coube aos estados subnacionais procurar desenvolver um processo autônomo na condução do planejamento econômico. Aqueles que outrora galgaram um processo de acumulação capitalista (poupança) conseguiram manter o *status* dominante. Os outros, excluídos historicamente deste processo,

tiveram que abrir suas economias ao capital estrangeiro, sobretudo, com o apoio dos incentivos fiscais.

No decorrer da década de 1990, com o avanço do ideário neoliberal, representado historicamente pelo Consenso de Washington, o governo federal se absteve de promover políticas industriais e regionais rompendo definitivamente com o modelo de cunho desenvolvimentista. Diante desse quadro, restou a estados como a Bahia, menos favorecidos pelo ambiente econômico interno, utilizarem de estratégias como a guerra fiscal para atraírem investimentos, minimizando dessa forma os prejuízos causados pelo modelo de desenvolvimento preconizado pelo neoliberalismo. Ainda nesta mesma década, vários programas foram implementados pelo governo da Bahia com o objetivo de promover o crescimento e desenvolvimento econômico do estado.

A preocupação em diversificar a estrutura produtiva do estado da Bahia podia ser constatada nos esforços claros de promover os investimentos em diversos segmentos da indústria. A concentração, no entanto, da maior parte do volume dessas inversões na RMS contribuiu para intensificar o processo de centralização econômica que já era bastante expressivo. Os entraves à dinâmica de redimensionamento da espacialização produtiva baiana residiam na insuficiência de infraestrutura, nas pressões políticas regionais e nas dificuldades de acesso aos mercados, principalmente internacionais, de uma parcela considerável dos territórios do estado.

A evolução econômica da Bahia sempre apresentou um perfil de pouca diversificação, o que resultou numa relação de extrema dependência das oscilações de um grupo restrito de mercadorias no cenário internacional. A introdução de novos segmentos industriais (automobilístico, papel e celulose, calçadista, dentre outros) e a expansão de outros setores já existentes permitiu alguma diversificação da economia baiana, contribuindo para ampliar o rol de produtos – tanto aqueles voltados ao comércio internacional, como os direcionados ao mercado interno – refletindo um novo panorama na economia do estado.

A maior abertura comercial e a ampliação da integração da economia brasileira ao comércio mundial, em meados da década de 1990, tiveram desdobramentos sobre a economia baiana. Como resultado desse novo contexto, os fluxos mercantis entre a Bahia e seus parceiros comerciais externos apresentaram desempenho bastante favorável no período entre 1990 e 2012, com crescimento de 757%, conforme os dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. (BRASIL, 2013) Ou seja, de uma corrente de comércio de US\$ 2,2 bilhões em 1990, o volume subiu para US\$ 19 bilhões em 2012.

As exportações experimentaram uma expansão de 675%, passando de US\$ 1,45 bilhão em 1990 para US\$ 11,3 bilhões no ano de 2012. As importações também cresceram fortemente com a amplificação das relações comerciais internacionais da Bahia, atingindo um incremento de 913% no período 1990-2012. No ano de 1990, a economia baiana importou US\$ 766 milhões, e em 2012 este volume alcançou US\$ 7,8 bilhões. (BRASIL, 2013)

A expansão significativa do comércio exterior baiano nas duas últimas décadas não pode ser apontada como restrita ao novo panorama econômico brasileiro, reflexo de sua política mercantil externa. Apesar da importante influência que o ambiente nacional exerceu sobre a conjuntura regional, a Bahia, que tradicionalmente teve um modelo econômico de viés exportacionista, embora antes alicerçada em produtos primários como o açúcar, o fumo e o cacau, experimentou nesse período uma expansão e diversificação de sua estrutura produtiva com a inclusão de novos segmentos industriais como papel e celulose, calçados e automóveis.

A mudança na pauta de exportações da Bahia ocorreu de maneira lenta e gradual no transcurso dos últimos anos. Um exemplo dessa transformação é o cacau, que durante boa parte do século XX figurou como principal produto de exportação do estado e que perdeu posições ao longo do tempo, situação fortemente influenciada pela crise da vassoura-de-bruxa do início da década de 1990. As inserções dos setores metalúrgico/mecânico e de papel e celulose são igualmente representativas dessa mudança, principalmente pelo fato de que se tornaram produtos expressivos dentro do rol das exportações baianas, dominadas pelos segmentos químico e petroquímico.

Tabela 1 – Exportações baianas por principais segmentos, jan./dez. – 2011/2012

Segmentos	Valores (US\$ 1000 FOB)		Part.(2012)
	2011	2012	%
Petróleo e derivados	1.958.677	2.134.776	18,95
Químicos e petroquímicos	1.792.015	1.788.467	15,87
Papel e celulose	1.802.770	1.678.618	14,90
Soja e derivados	1.281.473	1.429.714	12,69
Algodão e seus subprodutos	669.968	718.045	6,37
Metalúrgicos	891.007	609.545	5,41
Metais preciosos	412.396	430.297	3,82
Automotivo	481.805	426.071	3,78
Embarcações e estações flutuantes	-	381.773	3,39

Borracha e suas obras	318.097	340.949	3,03
Cacau e derivados	284.571	242.851	2,16
Demais segmentos	1.123.521	1.086.663	9,64
<b>Total</b>	<b>11.016.299</b>	<b>11.267.769</b>	<b>100,00</b>

Fonte: BRASIL, 2013.

A Tabela 1, acima, mostra os principais segmentos exportadores do estado. Observa-se que, não obstante a aludida diversificação da base produtiva, ainda prevalece um alto grau de concentração da exportação baiana em torno de poucos segmentos expressivamente dinâmicos. Os segmentos químico e petroquímico, soja e algodão, petróleo e derivados, papel e celulose e produtos metalúrgicos representaram somados 74% do montante final das vendas externas da Bahia no ano de 2012. (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2013a)

A despeito do crescimento das exportações baianas e de uma tímida diversificação da pauta, o estado ocupa o nono lugar no conjunto da economia brasileira, com uma participação no total geral das vendas externas do país de apenas 4,6%. (BRASIL, 2013) A busca pela descentralização espacial de sua economia, passando por um projeto consistente de interiorização do parque produtivo estadual, associada a investimentos significativos na melhoria de sua infraestrutura e adoção de políticas de incentivo ao desenvolvimento e fortalecimento de outros setores econômicos, poderia gerar um incremento no painel econômico baiano. Esse processo, de natureza endógena, possibilitaria expandir as relações mercantis internacionais, melhorando com isso a participação do estado no total das exportações brasileiras e proporcionando um recrudescimento da economia regional.

As ações governamentais que têm buscado colocar em prática os elementos constitutivos para essa articulação são bastante auspiciosas, principalmente no âmbito dos investimentos industriais, como revelam os dados da Tabela 2. Entre 2013 e 2015 são esperados cerca de R\$ 72 bilhões em investimentos para dinamização do parque industrial da capital e do interior do estado. Segundo as informações de Andrade (2012, p. 85), desse montante aproximadamente R\$ 21 bilhões (29% do total) estão previstos para RMS, de forma a criar perspectivas interessantes para reforçar as dotações econômicas do interior do estado e aumentar ainda mais as relações internacionais dos principais municípios exportadores, fora do eixo metropolitano, visto que, comparando com os dados da Tabela 1, pelo

menos 50% dos investimentos estão direta ou indiretamente relacionados com os setores exportadores.

Tabela 2 – Valor dos Investimentos Industriais Previstos para a Bahia, por setor produtivo e número de empresas com protocolo de intenções - 2013-2015

<b>Setores Produtivos</b>	<b>Valor (R\$ 1,00)</b>	<b>Número de Empresas com Protocolo de Intenções</b>
Agroalimentar	3.584.197.049	93
Atividade Mineral e Beneficiamento	17.281.650.000	12
Calçados/Têxtil/Confecções	138.861.896	35
Complexo Madeireiro	92.982.800	17
Eletroeletrônico	187.093.955	31
Metal-Mecânico	6.165.810.000	59
Químico-Petroquímico	9.265.426.000	116
Reciclagem	7.800.000	2
Transformação Petroquímica	527.000.000	26
Outros	35.005.500.000	52
<b>Total</b>	<b>72.256.321.700</b>	<b>443</b>

Fonte: BAHIA, 2013.

No entanto, apoiando-se nas constatações de Gustavo Pessoti e Bruno Pessoti (2008, p. 14), que revelaram que a efetivação dos protocolos de investimentos industriais na Bahia entre 2000-2005 não ultrapassou 40% das intenções inicialmente previstas, a confirmação dessas inversões, longe de criar uma dinâmica própria, pode contribuir ainda mais por aumentar a concentração setorial e espacial da economia baiana em torno de sua Região Metropolitana, sem lograr êxito na criação de uma dinâmica menos espasmódica do que a aludida por Guerra e Teixeira (2000).

## **(DES)CONCENTRAÇÃO ESPACIAL E DINAMISMO ECONÔMICO DOS MAIORES MUNICÍPIOS EXPORTADORES DA BAHIA**

Um ponto comum nas análises agregadas da economia baiana é o diagnóstico de uma economia com alta concentração setorial e econômica/

espacial na Região Metropolitana de Salvador. No entanto, esse tipo de análise pode conduzir a interpretações enviesadas sobre a atual configuração produtiva do estado. Como observado na seção anterior, os investimentos realizados ao longo dos últimos anos promoveram um aumento da inserção internacional e uma relativa diversificação da base produtiva, contribuindo para modificar a dinâmica econômica dos municípios baianos.

Assim, esta seção busca responder aos seguintes questionamentos, derivados dessa atual configuração econômica: as exportações podem se constituir em um vetor de dinamismo econômico para os municípios baianos, de forma que aqueles que apresentam maior inserção internacional são também os que apresentaram, ao longo dos últimos anos, a maior taxa de crescimento do PIB? E complementando essa questão: será que esses mesmos municípios aumentaram a sua participação na economia, sinalizando uma tendência contrária à concentração econômica e espacial, difícil de ser percebida ao se analisar a economia baiana de forma agregada?

Para responder a esses dois questionamentos que podem evidenciar a comprovação empírica do referencial teórico desse trabalho, utilizaram-se as informações referentes ao período 2000-2012 contidas nas principais bases de dados municipais disponíveis que são: o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e a Relação Anual das Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho; as bases de dados de exportações municipais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Alice Web); os investimentos industriais efetivamente realizados por segmento e território de identidade fornecidos pela Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia; as informações do PIB dos municípios baianos e a mais nova *proxy* da taxa de crescimento da dinâmica econômica municipal (denominada de Idem-SEI), desenvolvidas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

A amostra de municípios foi selecionada com base no coeficiente de exportações para o resto do mundo, tendo alcançado com os 30 maiores municípios exportadores um percentual de 97,5% de todas as exportações realizadas pelos 417 municípios do estado da Bahia no ano de 2012. Com o intuito de isolar o viés que os municípios da RMS podem causar na análise dos resultados, optou-se por realizar uma investigação dividindo a amostra em dois grupos: municípios da RMS e municípios do interior do estado (ou seja, de fora da RMS). Assim, pôde-se verificar se os municípios do interior do estado que figuram entre esses 30 maiores exportadores aumentaram sua participação no PIB da Bahia ao longo da década de 2000, contribuindo, dessa forma, por reduzir a concentração da atividade econômica no entorno da RMS. O objetivo dessa investigação é tentar fugir do senso comum dado pela análise agregada do estado da Bahia.

Com o apoio das bases de dados citadas, buscou-se avaliar se esses municípios situados fora da RMS também apresentaram taxas de crescimento do PIB (medida pelo Idem-SEI) acima da média apresentada para o estado no decorrer do período analisado. Adicionalmente, procurou-se analisar o efeito multiplicador dos setores exportadores na geração dos empregos formais dos municípios que compõem a amostra. Os valores das exportações dos 30 maiores municípios exportadores da Bahia – referentes aos anos de 2000, 2006 e 2012 – são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 – Exportações dos 30 maiores municípios exportadores da Bahia – 2000, 2006 e 2012 (valores em US\$ 1000 - FOB)

<b>Município</b>	<b>Território</b>	<b>2000</b>	<b>2006</b>	<b>2012</b>
Camaçari	Metropolitana de Salvador	580.903	2.156.980	2.485.162
São Francisco do Conde	Metropolitana de Salvador	228.553	1.380.640	2.156.501
Dias D'Ávila	Metropolitana de Salvador	131.298	859.762	545.143
Salvador	Metropolitana de Salvador	49.307	116.050	170.990
Candeias	Metropolitana de Salvador	103.461	155.828	152.041
Simões Filho	Metropolitana de Salvador	122.999	247.406	116.489
Lauro de Freitas	Metropolitana de Salvador	519	11.092	18.357
<b>Total – RMS</b>		<b>1.217.040</b>	<b>4.927.759</b>	<b>5.644.682</b>
Luíz Eduardo Magalhães	Bacia do Rio Grande	67.885	185.912	1.240.962
Mucuri	Extremo Sul	226.431	315.020	792.875
Eunápolis	Costa do Descobrimento	108	350.459	516.913
Barreiras	Bacia do Rio Grande	17.537	59.931	408.811
Maragogipe	Recôncavo	37	-	381.803
Ilhéus	Litoral Sul	108.633	219.612	222.133
Jacobina	Piemonte da Diamantina	117	46.649	215.464
Correntina	Bacia do Rio Corrente	-	29.379	207.530
Feira de Santana	Portal do Sertão	14.625	62.267	185.852
São Desidério	Bacia do Rio Grande	582	18.342	138.740
Cachoeira	Recôncavo	-	57.227	122.815
Itagibá	Médio Rio de Contas	-	-	122.076
Barrocas	Sisal	-	42.053	106.960

Pojuca	Litoral Norte e Agreste Baiano	22.783	61.058	105.602
Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	12.368	29.330	103.884
Casa Nova	Sertão do São Francisco	3.213	38.497	66.986
Conceição do Coité	Sisal	8.073	40.562	43.494
Juazeiro	Sertão do São Francisco	30.969	61.257	41.604
Formosa do Rio Preto	Bacia do Rio Grande	-	3.627	40.224
Riachão das Neves	Bacia do Rio Grande	-	1.341	29.146
Cruz das Almas	Recôncavo	6.444	15.680	26.227
Itabuna	Litoral Sul	999	10.758	22.640
Serrinha	Sisal	-	14.234	19.144
<b>Total - Municípios fora da RMS</b>		<b>520.806</b>	<b>1.663.197</b>	<b>5.161.885</b>
<b>Demais Municípios da Bahia</b>		<b>170.276</b>	<b>225.557</b>	<b>173.494</b>
<b>Total</b>		<b>1.908.122</b>	<b>6.816.513</b>	<b>10.980.061</b>

Fonte: BRASIL, 2013.

Analisando-se os dados expostos em termos de participação percentual no montante total das exportações da Bahia, é possível identificar um aspecto interessante e que corrobora o objetivo pretendido nessa análise: no ano 2000, os maiores municípios baianos situados fora da RMS, definidos pelo seu coeficiente de exportações, eram responsáveis por pouco mais de 27% das exportações do estado; ao final do período considerado, eles passaram a ser responsáveis por pouco menos da metade de todas as exportações da Bahia, cerca de 48% em 2012 (crescimento nominal de aproximadamente 891% contra 363% dos maiores municípios exportadores situados na RMS).

Entre os municípios situados fora da RMS, todos apresentaram incremento nas exportações ao longo do período considerado, não sendo o mesmo observado para os municípios situados na RMS. Exemplo disso é fato de que, entre 2006 e 2012, os municípios de Dias D'Ávila e Simões Filho apresentaram expressivas quedas nas exportações (-37% e -53%, respectivamente). Camaçari, município de maior importância nas exportações da RMS, apresentou expansão de apenas 15% nesse mesmo período. Por sua vez, praticamente todos os municípios situados fora da RMS apresentaram grandes variações nas exportações nesse mesmo período. Entre eles, os maiores destaques ficaram por conta dos municípios que são exportadores de *commodities* agrícolas. Há ainda os municípios que

se tornaram exportadores entre os anos estudados (Correntina, Cachoeira, Itagibá, Barrocas, Riachão das Neves, Formosa do Rio Preto e Serrinha).

No entanto, para generalizar as primeiras conclusões em relação ao aumento de dinamismo dos municípios situados fora do entorno da RMS e efetivamente associá-lo ao aumento das relações internacionais, era preciso evidenciar se a elevação da participação desses municípios no total das exportações do estado acontecera realmente pelo incremento nas vendas externas ou meramente como resultado da diferenciação de preços relativos entre os produtos exportados pelos municípios da RMS e os demais aqui analisados. Isto é, foi necessário depurar ainda mais as estatísticas de comércio exterior para analisar se o aumento da participação municipal estava relacionado ao incremento no volume de cargas embarcadas para o exterior ou simplesmente ao crescimento desigual e desproporcional dos preços em função das especificidades regionais e da diferenciação das pautas internacionais comparadas.

Na análise dos índices de volume e de preços das exportações municipais foram considerados os principais produtos de exportação de cada um dos municípios, definidos com base no nível de significância desses produtos em relação à pauta de exportação do estado. O resultado desse esforço de comparação pode ser visualizado na Tabela 4, a seguir.

Os dados apresentados na Tabela 4 não deixam margem para dúvidas em relação ao efeito preço das exportações. Tal efeito era relativamente previsível, pois ao longo dos últimos anos não só a Bahia, mas, sobretudo, o Brasil, se beneficiou com as relações internacionais com a China, Estados Unidos e Zona do Euro em função do elevado preço das commodities agrícolas e minerais. No entanto, observa-se que o índice de volume das exportações cresceu mais do que proporcionalmente nos municípios situados fora da RMS. Excetuados os casos de Ilhéus e Serrinha, cujos principais produtos de exportações apresentam declínio na produção doméstica há algum tempo (cacau e calçados), todos os demais municípios do interior apresentaram expressivas taxas de crescimento nas vendas externas, a exemplo dos municípios ligados ao agronegócio, como Barreiras, onde o crescimento das exportações atingiu 273% entre 2006 e 2012; os ligados à produção de celulose e derivados, com destaque para Eunápolis e Mucuri que apresentaram expansões de 211% e 178%, respectivamente; e, o segundo mais importante município da Bahia, Feira de Santana, que apresentou uma expansão de 118% nas vendas externas no mesmo período considerado.

Em sentido contrário, praticamente todos os municípios da RMS apresentaram retrações nas suas vendas externas dos principais produtos de suas economias. Excluindo-se Salvador, onde essas vendas cresceram

33% entre 2006 e 2012, todos os demais municípios metropolitanos que compõem a amostra pesquisada apresentaram diminuição no volume físico dos bens exportados para os mais diferentes parceiros comerciais no decorrer do período analisado.

Tabela 4 - Índice de volume e preço dos principais produtos da pauta de exportações dos maiores municípios exportadores da Bahia: 2006 e 2012

Município	Principais Produtos	Peso em Mil Toneladas		Índice de Volume	Valorem US\$ 1000 (FOB)		Índice de Preço
		2006	2012		2006	2012	
Camaçari	Químicos e Petroquímicos	1069,036	1039,677	0,97	933.921	1.467.547	1,57
São Francisco do Conde	Petróleo e Derivados	4808,301	3112,72	0,65	1.353.047	2.081.193	1,54
Dias D'Ávila	Metalúrgicos	103,9942	78,66419	0,76	361.786	454.112	1,26
Salvador	Químicos e Petroquímicos	11,64511	15,44658	1,33	16.077	96.893	6,03
Candeias	Químicos e Petroquímicos	189,8341	122,9828	0,65	107.371	142.349	1,33
Simões Filho	Máq., Aparelhos e Mat. Elétricos	0,913621	1,067238	1,17	15.333	44.170	2,88
Lauro de Freitas	Metalúrgicos	0,104813	0,082639	0,79	235	412	1,75
Luis Eduardo Magalhães	Soja e Derivados	890,0778	1799,886	2,02	190.666	922.571	4,84
Mucuri	Papel e Celulose	520,2264	1448,148	2,78	266.024	788.524	2,96
Eunápolis	Papel e Celulose	363,7946	1129,896	3,11	118.189	516.421	4,37
Barreiras	Algodão e Seus Subprodutos	24,57424	91,65449	3,73	28.034	191.762	6,84
Maragogipe	Embarcações e est. flutuantes	0	11,5	-	0	381.773	-
Ilhéus	Cacau e Derivados	85,4532	46,42269	0,54	223.420	221.008	0,99

Jacobina	Metais Preciosos	0,001	0,004	4,00	17.905	215.464	12,03
Correntina	Soja e Derivados	138,0662	260,0055	1,88	33.617	147.078	4,38
Feira de Santana	BorrachaeDerivados	16,5896	36,20881	2,18	45.991	181.001	3,94
São Desidério	Soja e Derivados	125,8341	212,6674	1,69	51.110	67.548	1,32
Cachoeira	Couros e Peles	8,221156	19,4625	2,37	42.661	122.791	2,88
Itagibá	Minerais	0	64,52262	-	0	122.076	-
Pojuca	Metalúrgicos	34,01792	60,89822	1,79	29.307	105.602	3,60
Vitória da Conquista	Café e Especiarias	13,8174	25,25404	1,83	26.919	100.014	3,72
Juazeiro	Frutas e suas Preparações	28,27896	33,16037	1,17	38.086	34.043	0,89
Cruz das Almas	Fumo e Derivados	0,875776	1,203658	1,37	7.864	20.753	2,64
Itabuna	Cacau e Derivados	1,3003	5,023925	3,86	949	20.660	21,78
Serrinha	Calçados e Suas Partes	0,670602	0,329967	0,49	13.659	18.448	1,35

Fonte: BRASIL, 2013.

Assim, é possível sistematizar a primeira conclusão dessa investigação. O aumento da participação dos municípios situados fora da RMS na pauta de exportações do estado da Bahia não só esteve relacionado aos diferenciais de preços relativos entre os produtos exportados, mas também ao maior volume de bens finais que foram transacionados com o exterior. Com base nessa conclusão, era igualmente importante verificar se esse aumento nas relações internacionais também proporcionou outros efeitos diretos, traduzidos em ganho de participação no produto interno bruto estadual (a partir do qual se pode defender o argumento de uma desconcentração espacial na economia baiana), elevação do ritmo de crescimento econômico dos municípios exportadores quando comparado aos demais

municípios do estado e, finalmente, se existiram reflexos positivos para o mercado de trabalho formal dos municípios em análise.

Para analisar a associação entre expansão das exportações dos principais municípios exportadores do estado a um processo de desconcentração econômica, ainda que desconcentração concentrada,<sup>6</sup> tornou-se necessário desagregar as informações do PIB municipal por setor de atividade: agropecuária, indústria e serviços.

Para fazer a correlação entre o ganho de participação no PIB estadual dos municípios exportadores e o incremento das exportações, convém lembrar que os principais produtos de exportação municipal estão relacionados com as cadeias agroindustriais (vide Tabela 4). Assim sendo, o importante para essa análise é verificar se os municípios exportadores fora da RMS aumentaram a sua participação nos setores da agricultura e indústria estaduais, uma vez que os ganhos de participação que por ventura aconteçam nos segmentos de serviços não podem ser direta nem indiretamente associados ao setor exportador.<sup>7</sup>

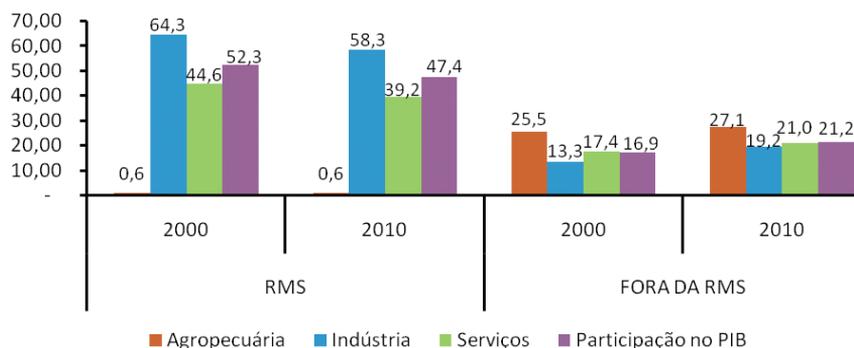
Como demonstra o Gráfico 1, entre 2000 e 2010 os maiores municípios exportadores situados fora da RMS aumentam sua participação no PIB estadual em 4,26 pontos percentuais, comprovando a hipótese inicial de que ocorre na Bahia uma desconcentração econômica em torno dos municípios que têm maior volume de relações internacionais. E é justamente no setor industrial, onde mais investimentos foram realizados ao longo dos últimos anos na busca de uma interiorização econômica, que ocorre o maior ganho de participação – elevação de 5,9 pontos percentuais.

---

<sup>6</sup> Ver Rodwin, 1967.

<sup>7</sup> As estatísticas do MDIC para o comércio exterior das diferentes unidades da federação não fazem qualquer alusão à exportação de serviços. Dessa forma, mesmo que a Bahia fosse exportadora de serviços, essas informações não seriam captadas pelas fontes de dados estatísticos que servem de base para esse trabalho.

Gráfico 1 – Percentual de participação no PIB da Bahia e decomposição percentual do PIB por setor de atividade – municípios selecionados – 2000/2010



Fonte: SEI, 2013b.

Para reforçar ainda mais que esse ganho de participação no PIB estadual estava relacionado ao maior dinamismo dos setores exportadores e comprovar empiricamente os preceitos estabelecidos pela teoria da base exportadora, era preciso evidenciar se os municípios exportadores apresentaram, ao longo do período avaliado, um padrão de crescimento econômico diferenciado em relação aos demais municípios não exportadores e mesmo em relação ao próprio crescimento do PIB estadual. Com isso, seria possível evitar os argumentos de que o aumento de participação ocorreu exclusivamente em função da elevação nominal do PIB dos municípios exportadores mais do que proporcional aos não exportadores. Isto é, era necessário responder à seguinte questão: os municípios exportadores da Bahia apresentaram, ao longo dos anos 2000, um padrão diferenciado na taxa de crescimento real do PIB?

Para responder a essa indagação, utilizou-se o Índice de Dinamismo Econômico Municipal (Idem), indicador elaborado pela SEI que tem como propósito realizar uma *proxy* do crescimento real do PIB municipal, com bases pesquisas municipais existentes, nos dados do valor adicionado fiscal (entradas e saídas de mercadorias) da Secretaria da Fazenda, nos registros administrativos (Embasa, Coelba, Aneel, entre outros) e ainda nos deflatores do PIB estadual.<sup>8</sup>

Com esse indicador, foi possível verificar se os municípios exportadores apresentavam uma taxa de crescimento acima da média do estado, inclusive analisando os resultados por grandes setores da atividade

<sup>8</sup> Para maiores informações ver: SEI, 2013.

econômica (agropecuária, indústria e serviços). Assim, comparou-se o ritmo de crescimento real do PIB municipal, segmentando as informações setoriais do Idem entre os grandes municípios exportadores e os não exportadores. A Tabela 5 apresenta a sistematização do Idem, por setor de atividade, e o agrupamento proposto entre os municípios exportadores da RMS, os de fora da RMS e os não exportadores, obedecendo ao critério de magnitude no *ranking* do PIB municipal da Bahia.<sup>9</sup>

Os resultados evidenciam que o aumento de participação dos municípios exportadores no PIB estadual, conforme já mostrado no Gráfico 1, pode ser associado ao maior dinamismo econômico medido pela variação acumulada do Idem. Municípios como Luís Eduardo Magalhães, Barreiras, Eunápolis e Mucuri apresentaram as maiores taxas de crescimento do PIB entre todos os municípios analisados nessa amostra, sobretudo, em função da grande expansão do agronegócio das produções de soja, algodão e papel e celulose, três dos maiores segmentos da pauta de exportações da Bahia.

Tabela 5 - Taxa de crescimento acumulada da dinâmica econômica municipal (Idem), por setor de atividade – Bahia – 2002-2010 (2002 = 100)

Município	Ranking no PIB Estadual	IDEM			
		Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
<b>Exportadores da RMS</b>		<b>0,9</b>	<b>4,7</b>	<b>157,6</b>	<b>155,1</b>
Camaçari	2	15,2	36,2	136,8	131,5
São Francisco do Conde	3	-4,5	-14,0	69,9	72,9
Dias D'Ávila	11	7,2	7,3	65,0	63,7
Salvador	1	-1,0	0,7	94,8	94,7
Candeias	5	-12,7	-8,2	205,3	213,8
Simões Filho	6	1,4	4,3	214,7	202,2
Lauro de Freitas	8	3,4	6,8	316,9	306,8
<b>Exportadores Fora da RMS</b>		<b>17,4</b>	<b>24,8</b>	<b>234,0</b>	<b>213,2</b>
Luís Eduardo Magalhães	13	161,4	185,6	651,3	432,8
Mucuri	21	122,4	139,7	407,7	399,1
Eunápolis	18	100,4	97,0	356,6	336,7
Barreiras	15	88,3	41,1	406,2	388,0
Maragogipe	83	0,9	-1,7	74,7	73,3

<sup>9</sup> Infelizmente, em meados do ano de 2013, as informações mais atualizadas para o PIB municipal e para o Idem referiam-se ao ano de 2010, razão pela qual não foi possível utilizar a mesma série temporal adotada para as demais variáveis analisadas neste artigo (2000-2012).

Ilhéus	10	12,6	13,8	114,8	108,0
Jacobina	29	16,8	28,4	131,5	128,2
Correntina	30	17,8	26,7	319,7	297,6
Feira de Santana	4	9,3	15,1	162,6	161,3
São Desidério	24	316,5	127,6	394,7	279,6
Cachoeira	77	-1,7	6,4	145,0	140,2
Itagibá	62	7,1	116,5	277,0	263,6
Barrocas	112	8,2	14,6	160,9	157,9
Pojuca	20	6,1	9,3	100,7	100,9
Vitória da Conquista	7	-10,1	-6,4	147,2	149,1
Casa Nova	50	14,7	18,7	105,5	100,9
Conceição do Coité	52	-3,8	4,0	78,0	78,7
Juazeiro	14	6,0	8,0	106,2	104,5
Formosa do Rio Preto	33	136,5	39,5	600,9	582,9
Riachão das Neves	63	18,7	21,2	250,8	234,7
Cruz das Almas	39	-6,2	-3,5	61,9	62,0
Itabuna	9	2,7	5,7	147,7	146,2
Serrinha	37	6,0	9,1	179,7	178,0
<b>Não Exportadores</b>		<b>12,5</b>	<b>16,7</b>	<b>183,2</b>	<b>158,3</b>
Paulo Afonso	12	2,6	4,0	124,7	125,2
Jequié	16	-5,4	-3,2	91,0	90,1
Alagoinhas	17	10,7	13,7	187,3	183,6
Teixeira de Freitas	19	0,4	1,7	127,0	127,5
Santo Antônio de Jesus	22	-1,7	1,7	127,5	127,3
Porto Seguro	23	18,6	20,5	221,1	209,8
Itapetinga	25	6,5	19,6	143,9	141,0
Cairu	26	2,2	13,6	248,1	214,1
Valença	27	-0,3	7,6	156,3	152,1
Brumado	28	25,1	26,5	139,9	133,7
Guanambi	31	11,4	13,1	135,1	133,0
Conceição do Jacuípe	32	6,6	18,9	117,5	117,9
Itamaraju	34	11,7	13,4	81,2	80,2
Irecê	35	9,6	11,1	183,7	182,3
Senhor do Bonfim	36	53,7	55,2	246,2	244,8
Sobradinho	38	-5,8	-2,6	49,6	45,2
Bom Jesus da Lapa	40	-10,3	-9,5	71,9	73,3
Campo Formoso	41	24,2	50,4	143,0	72,6
São Sebastião do Passé	42	-2,0	0,1	102,7	103,8

Jaguarari	43	53,8	56,8	54,8	54,2
Santo Amaro	44	21,0	23,3	178,5	177,9
Itaberaba	45	-2,7	-0,5	122,5	123,7
Esplanada	46	81,0	83,6	560,3	472,9
Mata de São João	47	14,2	7,6	154,1	147,8
Nova Viçosa	48	0,5	2,5	231,7	229,1
Catu	49	-8,1	-0,6	70,5	67,6
Euclides da Cunha	51	32,6	35,5	136,1	133,4
Prado	53	-1,5	0,0	54,2	54,2
Santo Estêvão	54	16,5	26,1	170,4	165,0
Entre Rios	55	10,7	9,8	572,7	565,7
<b>Taxa de Crescimento da Bahia</b>		<b>68,4</b>	<b>40,9</b>	<b>33,8</b>	<b>48,7</b>

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da SEI, 2013b.

Na média, os municípios exportadores apresentaram uma taxa de crescimento da atividade interna bem maior do que os não exportadores, e, inclusive, maior do que a média geral de crescimento econômico do estado da Bahia.<sup>10</sup>

No entanto, é interessante observar que alguns municípios que ocupam posições de destaque no *ranking* do PIB municipal e que não estão classificados como municípios exportadores também apresentaram taxas elevadas na atividade interna, medida pelo Idem. Entre esses, Porto Seguro, que tem no vetor turístico e no setor de serviços a força motriz de sua economia; e Alagoinhas, que tem na indústria de transformação, sobretudo no segmento de bebidas, sua maior fonte de elevação do PIB. Tal observação reforça a ideia de que não se pode associar o crescimento econômico apenas aos ganhos advindos do cenário externo. A investigação aqui realizada é propositiva, sem dúvida. Mas, análises complementares sobre a dinâmica municipal agora podem ser realizadas com base no Idem, suscitando ideias para novos trabalhos de pesquisa, por exemplo, em torno do comércio por vias internas, que pode, inclusive, justificar a elevação

<sup>10</sup> Em relação ao crescimento global do PIB municipal medido pelo Idem é importante mencionar que, a despeito do forte incremento na agropecuária e indústria, observado nos maiores municípios exportadores, o setor que apresentou maior crescimento acumulado entre 2002 e 2010 foi o de serviços, com crescimento de 234% ao longo desse período. Embora não tenha sido objeto desse artigo analisar os efeitos de transbordamentos setoriais (*spillovers*), parte considerável desse incremento está diretamente associada à expansão nos serviços diretamente relacionados com as produções agrícolas e industriais.

do crescimento econômico de municípios industriais que direcionam a sua produção para outros mercados do Brasil, como é caso de Alagoinhas.

## OS MUNICÍPIOS EXPORTADORES E OS MULTIPLICADORES DO EMPREGO FORMAL

Até o momento, foi possível realizar algumas considerações importantes sobre os ganhos advindos das exportações e sua relação com a dinâmica da atividade econômica dos municípios baianos, ao longo dos últimos anos. No entanto, para finalizar esse artigo, era necessário discutir se esses ganhos se reverteram positivamente na geração de postos de trabalho formal. O intuito dessa discussão não era fazer uma comparação entre os municípios não exportadores ou entre o estado da Bahia, mas verificar se os setores exportadores geram externalidades positivas para o mercado de trabalho formal do município. Para tanto, trabalhou-se com os multiplicadores empregados nas análises empíricas baseada na Teoria da Base Exportadora, de modo que foi preciso classificar os setores econômicos em básicos, isto é, aqueles que podem ser diretamente associados à base de exportação municipal; e não básicos, isto é, aqueles que são diretamente associados à lógica interna da atividade econômica municipal, sem relação direta com o setor exportador. (NORTH, 1977)

Com base nas informações do AliceWeb, foi feita uma classificação setorial, utilizando a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), de modo a se evitar que fosse definido arbitrariamente um valor para o quociente locacional de cada um dos produtos exportados na determinação de quais são os setores exportadores e os não exportadores. Adicionalmente, elaborou-se uma matriz de informações com os dados da Rais/Caged, que apresentam a distribuição dos empregos formais agrupados pela CNAE 2.0. Essa compatibilização de classificações das duas bases de dados utilizadas foi de fundamental importância para não subestimar o valor total dos empregos gerados pelos setores exportadores, pois, permitiu depurar cada uma das atividades municipais que estão diretamente ligadas ao setor exportador e verificar o impacto no mercado de trabalho formal.

Para o cálculo dos multiplicadores, foram empregados os procedimentos padrões que têm em Kahn (1931) e Keynes (1983) as principais referências teóricas e nas formulações realizadas por Lins, Lima e Gatto (2012), em um trabalho sobre a relação entre os setores exportadores e os voltados para a economia doméstica da região Nordeste.

Tomando por base esses referenciais, uma segunda matriz foi construída para correlacionar os setores exportadores municipais à base de

exportação do estado da Bahia, destacando os setores básicos e não básicos e as respectivas gerações de empregos formais da Rais/Caged. Como os setores não básicos eram a maioria em número de atividades, a tabela foi sistematizada para evidenciar quais são os setores básicos, suas respectivas gerações de empregos formais (saldo + estoques). Os demais setores – ou seja, os não básicos – foram agrupados para permitir uma visualização do total de empregos gerados naquelas atividades que estão mais relacionadas com atividade interna dos municípios baianos que estão sendo considerados na amostra estudada. Os resultados podem ser visualizados na Tabela 6.

O multiplicador de emprego é calculado a partir da relação entre o emprego nas atividades exportadoras, aqui denominadas de básicas, e o emprego total de cada um dos municípios. Quanto mais alta essa relação, maior será o impacto dos setores exportadores na geração de empregos formais para a economia municipal, inclusive com rebatimentos para os

setores não básicos. A fórmula de cálculo é dada pela relação:  $k = \frac{1}{1 - \alpha}$   
 $k = \frac{1}{1 - \alpha}$ , onde  $\alpha$  é o coeficiente de proporcionalidade entre os empregos das atividades não básicas e o emprego total dos municípios.

Tabela 6 - Volume de empregos formais gerados pelas atividades básicas e não básicas dos maiores municípios exportadores da Bahia – 2012

Camaçari		São Francisco do Conde		Feira de Santana	
Setores Básicos	Empregos Formais	Setores Básicos	Empregos Formais	Setores Básicos	Empregos Formais
Químicos e Petroquímicos	9.384	Petróleo e Derivados	1.597	Borracha e Suas Obras	3.096
Automotivo	7.821	Químicos e Petroquímicos	35	Metalúrgicos	2.076
Papel e Celulose	792	<b>Total Setores Básicos</b>	<b>1.632</b>	Frutas e Suas Preparações	533
Borracha e Suas Obras	2.051	<b>Demais Setores Não Básicos</b>	<b>13.338</b>	Máqs., Apars. e Mat. Elétricos	1.826
Metais Preciosos	99	<b>Luis Eduardo Magalhães</b>		Papel e Celulose	1.852
Petróleo e Derivados	104	<b>Setores Básicos</b>	<b>Empregos Formais</b>	Calçados e Suas Partes	2.855
Máqs., Apars. e Mat. Elétricos	770	Soja e Derivados	3.357	Químicos e Petroquímicos	1.541
Móveis e Semelhantes	212	Algodão e Seus Subprodutos	1.439	Móveis e Semelhantes	937
Metalúrgicos	1.183	Milho e derivados	1.107	Cacau e Derivados	104
Minerais	1.382	Café e Especiarias	305	Minerais	1.081
Algodão e Seus Subprodutos	1.045	Frutas e Suas Preparações	328	<b>Total Setores Básicos</b>	<b>15.901</b>
<b>Total Setores Básicos</b>	<b>24.843</b>	Químicos e Petroquímicos	161	<b>Demais Setores Não Básicos</b>	<b>91.281</b>
<b>Demais Setores Não Básicos</b>	<b>53.454</b>	Metalúrgicos	341	<b>São Desidério</b>	
<b>Salvador</b>		<b>Total Setores Básicos</b>	<b>7.037</b>	<b>Setores Básicos</b>	<b>Empregos Formais</b>
<b>Setores Básicos</b>	<b>Empregos Formais</b>	<b>Demais Setores Não Básicos</b>	<b>10.211</b>	Soja e Derivados	2.969
Químicos e Petroquímicos	6.353	<b>Barreiras</b>		Algodão e Seus Subprodutos	2.437
Metalúrgicos	3.826	<b>Setores Básicos</b>	<b>Empregos Formais</b>	Milho e derivados	692
Automotivo	1.888	Soja e Derivados	3.776	Frutas e Suas Preparações	136
Frutas e Suas Preparações	754	Químicos e Petroquímicos	125	<b>Total Setores Básicos</b>	<b>6.235</b>
Máqs., Apars. e Mat. Elétricos	613	Algodão e Seus Subprodutos	2.170	<b>Demais Setores Não Básicos</b>	<b>2.728</b>
Café e Especiarias	451	Café e Especiarias	255	<b>Cachoeira</b>	
Minerais	1.586	Frutas e Suas Preparações	168	<b>Setores Básicos</b>	<b>Empregos Formais</b>
Borracha e Suas Obras	799	Milho e derivados	191	Couros e Peles	247
Cacau e Derivados	198	<b>Total Setores Básicos</b>	<b>6.685</b>	Fumo e Derivados	688
Metais Preciosos	760	<b>Demais Setores Não Básicos</b>	<b>19.134</b>	Químicos e Petroquímicos	54
Couros e Peles	788	<b>Mucuri</b>		Máqs., Apars. e Mat. Elétricos	100
Calçados e Suas Partes	4.836	<b>Setores Básicos</b>	<b>Empregos Formais</b>	Móveis e Semelhantes	23
Papel e Celulose	3.345	Papel e Celulose	1.162	<b>Total Setores Básicos</b>	<b>1.112</b>
<b>Total Setores Básicos</b>	<b>26.197</b>	Frutas e Suas Preparações	41	<b>Demais Setores Não Básicos</b>	<b>2.647</b>
<b>Demais Setores Não Básicos</b>	<b>796.280</b>	Químicos e Petroquímicos	56	<b>Vitória da Conquista</b>	
<b>Dias D'Ávila</b>		Máqs., Apars. e Mat. Elétricos	23	<b>Setores Básicos</b>	<b>Empregos Formais</b>
<b>Setores Básicos</b>	<b>Empregos Formais</b>	<b>Total Setores Básicos</b>	<b>1.282</b>	Café e Especiarias	1.866
Metalúrgicos	1.591	<b>Demais Setores Não Básicos</b>	<b>7.168</b>	Calçados e Suas Partes	1.797
Metais Preciosos	55	<b>Eunapolis</b>		Químicos e Petroquímicos	1.265
Automotivo	476	<b>Setores Básicos</b>	<b>Empregos Formais</b>	Máqs., Apars. e Mat. Elétricos	38
Químicos e Petroquímicos	220	Papel e Celulose	791	Borracha e Suas Obras	269
Minerais	911	Frutas e Suas Preparações	261	Minerais	173
<b>Total Setores Básicos</b>	<b>3.253</b>	Móveis e Semelhantes	175	Algodão e Seus Subprodutos	691
<b>Demais Setores Não Básicos</b>	<b>12.461</b>	<b>Total Setores Básicos</b>	<b>1.227</b>	Metais Preciosos	54
<b>Candeias</b>		<b>Demais Setores Não Básicos</b>	<b>18.279</b>	<b>Total Setores Básicos</b>	<b>6.153</b>
<b>Setores Básicos</b>	<b>Empregos Formais</b>	<b>Maragogipe</b>		<b>Demais Setores Não Básicos</b>	<b>56.515</b>
Químicos e Petroquímicos	1.290	<b>Setores Básicos</b>	<b>Empregos Formais</b>	<b>Juazeiro</b>	
Máqs., Apars. e Mat. Elétricos	274	Embarcações e est. flutuantes	1.469	<b>Setores Básicos</b>	<b>Empregos Formais</b>
Metalúrgicos	206	Máqs., Apars. e Mat. Elétricos	296	Frutas e Suas Preparações	5.755
Papel e Celulose	190	<b>Total Setores Básicos</b>	<b>1.765</b>	Soja e Derivados	899
<b>Total Setores Básicos</b>	<b>1.960</b>	<b>Demais Setores Não Básicos</b>	<b>3.278</b>	Algodão e Seus Subprodutos	455
<b>Demais Setores Não Básicos</b>	<b>14.432</b>	<b>Ilhéus</b>		Couros e Peles	463
<b>Simões Filho</b>		<b>Setores Básicos</b>	<b>Empregos Formais</b>	Químicos e Petroquímicos	72
<b>Setores Básicos</b>	<b>Empregos Formais</b>	Cacau e Derivados	1.539	Máqs., Apars. e Mat. Elétricos	76
Máqs., Apars. e Mat. Elétricos	510	Máqs., Apars. e Mat. Elétricos	452	Café e Especiarias	57
Químicos e Petroquímicos	2.871	Algodão e Seus Subprodutos	79	Calçados e Suas Partes	122
Metalúrgicos	1.953	Automotivo	1.348	<b>Total Setores Básicos</b>	<b>7.899</b>
Algodão e Seus Subprodutos	838	Borracha e Suas Obras	339	<b>Demais Setores Não Básicos</b>	<b>21.140</b>
Couros e Peles	401	Químicos e Petroquímicos	103	<b>Itabuna</b>	
Minerais	1.359	Soja e Derivados	109	<b>Setores Básicos</b>	<b>Empregos Formais</b>
Móveis e Semelhantes	727	Frutas e Suas Preparações	173	Cacau e Derivados	1.527
Automotivo	1.492	Minerais	131	Máqs., Apars. e Mat. Elétricos	102
Borracha e Suas Obras	276	Couros e Peles	45	Calçados e Suas Partes	1.822
Petróleo e Derivados	2.871	Móveis e Semelhantes	109	Papel e Celulose	147
Papel e Celulose	348	<b>Total Setores Básicos</b>	<b>4.427</b>	Metalúrgicos	118
Calçados e Suas Partes	121	<b>Demais Setores Não Básicos</b>	<b>27.036</b>	<b>Total Setores Básicos</b>	<b>3.716</b>
Metais Preciosos	381	<b>Jacobina</b>		<b>Demais Setores Não Básicos</b>	<b>37.336</b>
<b>Total Setores Básicos</b>	<b>14.148</b>	<b>Setores Básicos</b>	<b>Empregos Formais</b>	<b>Cruz das Almas</b>	
<b>Demais Setores Não Básicos</b>	<b>21.006</b>	Metais Preciosos	938	<b>Setores Básicos</b>	<b>Empregos Formais</b>
<b>Lauro de Freitas</b>		Minerais	243	Fumo e Derivados	111
<b>Setores Básicos</b>	<b>Empregos Formais</b>	Máqs., Apars. e Mat. Elétricos	58	Calçados e Suas Partes	927
Químicos e Petroquímicos	1.739	<b>Total Setores Básicos</b>	<b>1.239</b>	Frutas e Suas Preparações	121
Metalúrgicos	561	<b>Demais Setores Não Básicos</b>	<b>7.887</b>	Máqs., Apars. e Mat. Elétricos	87
Máqs., Apars. e Mat. Elétricos	462	<b>Correntina</b>		<b>Total Setores Básicos</b>	<b>1.246</b>
Papel e Celulose	747	<b>Setores Básicos</b>	<b>Empregos Formais</b>	<b>Demais Setores Não Básicos</b>	<b>9.720</b>
Metais Preciosos	104	Soja e Derivados	2.941	<b>Itagiba</b>	
Móveis e Semelhantes	533	Algodão e Seus Subprodutos	330	<b>Setores Básicos</b>	<b>Empregos Formais</b>
<b>Total Setores Básicos</b>	<b>4.146</b>	<b>Total Setores Básicos</b>	<b>3.271</b>	Minerais	931
<b>Demais Setores Não Básicos</b>	<b>112.846</b>	<b>Demais Setores Não Básicos</b>	<b>1.757</b>	<b>Total Setores Básicos</b>	<b>931</b>
				<b>Demais Setores Não Básicos</b>	<b>1.464</b>

Fonte: Elaboração própria com bases nos dados de (BRASIL, 2012a, 2012b, 2013).

Assim, se o valor de  $\alpha$  for próximo de zero significa que o município em questão tem nos setores exportadores a maior fonte de geração de empregos diretos, com rebatimentos para o restante da economia; por outro lado, quando  $\alpha$  assume valores próximos a 1 isso significa que aquele município deve ter sua economia mais voltada para o mercado interno, com o setor exportador gerando poucos efeitos multiplicadores para o total de empregos formais.

Convém mencionar que a distribuição dos dados entre os setores exportadores e não exportadores, evidenciados na Tabela 6, permite observar que alguns municípios têm uma forte representatividade do setor externo na geração de empregos formais. Por exemplo, os pequenos municípios ligados à exportação de produtos do agronegócio, que têm forte demanda internacional, apresentaram as maiores relações de proporcionalidade entre o emprego nas atividades básicas e o emprego total. Correntina e São Desidério, dois dos maiores exportadores de soja da Bahia, apresentam mais empregos formais nos setores exportadores do que em todos os demais setores produtivos de suas economias internas.

Deste modo, a leitura do multiplicador deve ser feita não para analisar a importância dos setores exportadores para as economias locais, mas o impacto que a geração de empregos formais nos setores básicos proporciona para os setores não básicos, e, portanto, para o restante da economia.

Os resultados são realmente impressionantes, pois evidenciam que os municípios exportadores têm um vetor econômico para a geração de empregos formais que os diferenciam dos demais municípios baianos e justificam porque esses municípios aumentam sua participação no PIB baiano, ao longo dos últimos anos, como já demonstrado na seção anterior do artigo. Os municípios que apresentaram maior multiplicador de impacto foram Salvador, onde para cada geração de 1 emprego formal no setor exportador tem-se a geração de outros 30 nos setores não exportadores, e Lauro de Freitas, que apresentou a relação de 1 para 27 empregos formais, conforme exposto no Gráfico 2.

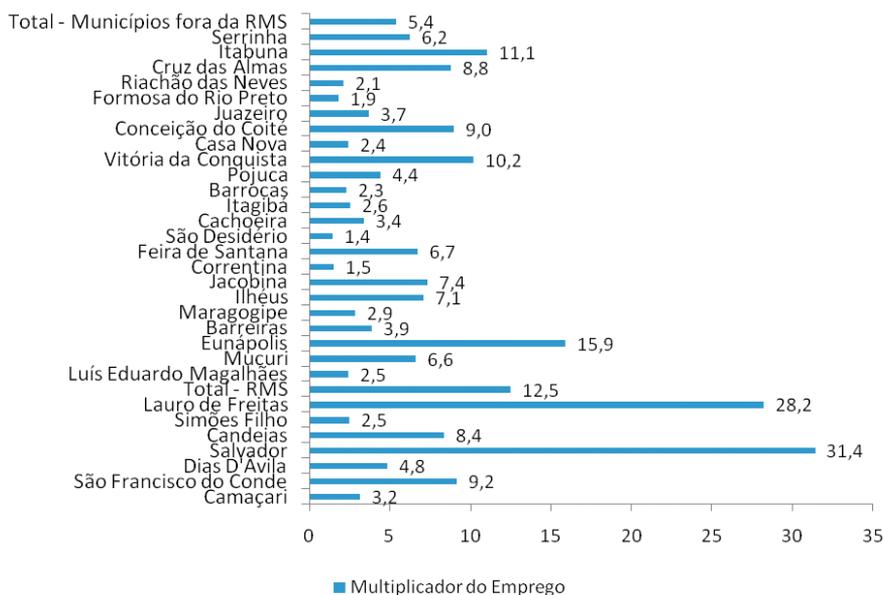
De outra parte, até tautologicamente, os municípios que apresentam maior contingente de empregos formais nos setores exportadores são também aqueles que vão apresentar a menor relação de impactos para os demais setores não básicos, de modo que  $\alpha$  assume um valor próximo de zero. Tautológico, porque quanto maior o denominador de um quociente menor será seu resultado, nesse caso expressando a relação de impactos para os demais setores da economia ( $k$ ). Os municípios que apresentaram a menor relação de impacto foram São Desidério, com a geração de apenas 0,44 postos de trabalhos formais nos setores

não básicos para cada geração de 1 novo posto de trabalho formal nos setores básicos; Correntina, que apresentou a relação de 0,54 nos setores não básicos para cada 1 emprego formal no setor básico; e Itagibá que apresentou a relação de 1,57 para cada 1 emprego gerado no setor básico de sua economia.

Segmentando as informações em municípios da RMS e o de fora dessa região, pode-se observar um fato que precisa ser destacado. Até aqui, em todos os demais indicadores analisados, havia uma primazia dos municípios do interior em detrimento dos resultados dos municípios exportadores da RMS. No entanto, o resultado do cálculo dos multiplicadores de impacto sobre os empregos formais municipais, revelou que a média de empregos gerados nos setores não básicos foi de 13 novos postos na RMS contra 5 nos municípios situados fora da RMS.

A interpretação desse resultado tem que ser feita de forma muito criteriosa, para não provocar contradições com as constatações até então afirmadas. Em se tratando de economias grandes, onde o montante de empregos formais é muito maior em termos absolutos do que nos demais municípios, era óbvio que Salvador, Lauro de Freitas e Candeias que estão no cinturão da RMS e que possuem um grande setor de serviços, sobretudo ligado às atividades de comércio e de administração pública, apresentariam resultados destacadamente maiores que os demais municípios. Boa parte dos aqui caracterizados municípios do interior têm um setor informal muito grande (não computado na Rais/Caged) e, por conseguinte, baixo número absoluto de postos de trabalhos formais no setor de serviços, diferentemente do que acontece com os grandes municípios da RMS.

Gráfico 2 – Valor do multiplicador de emprego para os 30 maiores municípios exportadores da Bahia – 2012.



Fonte: Elaboração própria com bases nos dados de(BRASIL, 2012a, 2012b, 2013).

Assim, não há contradição alguma entre esses resultados do multiplicador de empregos e o maior dinamismo econômico registrado para os municípios fora da RMS, medidos pelos coeficientes de exportações e pelo Idem. O que acontece é que a diferença absoluta de postos de trabalho formal provoca um impacto maior nos municípios onde a formalização dos empregos nos setores não básicos é maior. Por isso, a utilização dos multiplicadores, procedimento que normalmente é realizado nos estudos que tomam a Teoria da Base Exportadora como uma das referências teóricas de apoio, deve ser realizada sempre de forma a evidenciar a importância dos empregos ligados aos setores exportadores e o número de postos de trabalhos formais ligados aos setores não básicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos indicadores proposta neste artigo deixa claro que existem várias leituras que podem ser feitas para a economia baiana. Na mais conservadora delas, repete-se o discurso de uma economia concentrada,

tanto espacialmente como setorialmente, com 10 municípios respondendo por 75% de todo o produto interno. Essa análise não pode ser considerada totalmente equivocada, até mesmo porque as economias de escala e de aglomeração justificam por si só algum tipo de concentração da atividade industrial em determinados municípios polos. O problema está em considerar a evolução da economia baiana respaldando os argumentos apenas em informações agregadas. Com isso, alguns movimentos na dinâmica econômica dos municípios deixam de ser percebidos, como foi comprovado ao se evidenciar que há uma redução da concentração econômica na Bahia quando se analisa sob o prisma dos 30 maiores municípios exportadores do estado.

Os resultados da pesquisa mostraram que ao se desagregar as bases de dados estaduais e agrupar os municípios, retirando o efeito de concentração dado pelas economias da RMS, os municípios voltados para a exportação foram os que apresentaram as maiores taxas de crescimento do PIB, medidas pelo *Idem*, e também os que mais ganharam participação no PIB estadual. Entre 2000 e 2010, os maiores municípios exportadores da Bahia, situados fora do cinturão da Região Metropolitana, tiveram sua participação no PIB estadual elevada de 16,9% em 2000 para 21,2% em 2010, comprovando um movimento de desconcentração espacial na economia baiana. As evidências dessa desconcentração espacial e do maior dinamismo dos municípios exportadores foram corroboradas com os indicadores que medem o incremento nas variações reais das economias municipais, entre eles o *Idem*, como *proxy* da taxa de crescimento econômico municipal e o índice de volume das exportações municipais.

Esses dois indicadores evidenciaram que o ganho de participação dos municípios exportadores estava alicerçado não apenas nas diferenças de preços relativos de seus setores produtivos – que produziam valores nominais maiores para suas atividades econômicas –, mas, sobretudo, no maior dinamismo dado pelo incremento na quantidade de vendas externas realizadas e pelos rebatimentos no crescimento real do PIB municipal, principalmente por parte dos setores exportadores, dos quais são exemplos as cadeias do agronegócio da soja e algodão; da expansão da indústria de papel e celulose e também pelos incrementos registrados nas vendas externas dos setores minerais, metalúrgicos, além de novas perspectivas criadas em torno das exportações de embarcações derivadas da embrionária indústria náutica da Bahia e da consolidação da fruticultura da região norte do estado. As informações de novos investimentos industriais mencionadas no artigo, que podem chegar às cifras de R\$ 72 bilhões até o ano de 2015, constituem-se em um fator que se coaduna com o argumento da (des)concentração econômica – ainda que uma desconcentração concentrada.

Por fim, o multiplicador de empregos formais reforçou o argumento de que as externalidades dos municípios exportadores não se resumem apenas ao aumento de participação no PIB estadual ou ao crescimento econômico, mas também ao aumento de postos de trabalhos formais gerados para toda a economia municipal. No entanto, deve ser ressaltado que, conforme demonstrado pelas principais ideias cepalinas, é necessário que haja também o fortalecimento do mercado interno. A dinâmica econômica de uma localidade não pode ficar altamente dependente da demanda externa, uma vez que tal localidade não tem capacidade de controlar os fatores que influenciam nessa demanda.

Obviamente, esse ensaio ainda precisa ser complementado com análises igualmente importantes que busquem verificar se existe um padrão de convergência entre o crescimento do PIB municipal e os territórios de identidades; ou ainda analisando os efeitos de transbordamento (*spillovers*) dos setores exportadores para a dinâmica interna e para os demais setores não exportadores. Mas, mesmo assim, espera-se que o artigo possa contribuir para as discussões atuais da economia baiana e para resgatar a importância dos estudos e pesquisas espaciais desagregadas (em âmbito municipal) para a análise de economia aplicada.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. K. S. O estado da Bahia deverá atrair 443 empreendimentos até 2015. *Revista Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 177, p. 84-86, out./dez. 2012.

BAHIA. Secretaria da Indústria Comércio e Mineração. *Investimentos Industriais da Bahia*. 2013. Disponível em: <[www.sicm.ba.gov.br](http://www.sicm.ba.gov.br)>. Acesso em: 23 abr. 2013.

BAUMANN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. *Economia Internacional: teoria e experiência brasileira*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *RAIS: Relação Anual de Informações Sociais*. Brasília, DF: MTE, 2012a. Disponível em: <[www.rais.gov.br](http://www.rais.gov.br)>. Acesso em: 10 maio 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *CAGED: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados*. Brasília, DF: MTE, 2012b. Disponível em: <[www.caged.gov.br](http://www.caged.gov.br)>. Acesso em: 10 maio 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento. Indústria e Comércio Exterior. *Estatísticas de comércio exterior*. Brasília, DF: MDIC/SECEX, 2013. Disponível em: <<http://aliceweb2.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

BRUM, A. L. B. *Economia Internacional: uma síntese da análise teórica*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002. (Parte I)

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). *Regionalismo Abierto en América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad*. Santiago de Chile: CEPAL: Nações Unidas: 1994. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/7/4377/lcg1801e.htm>>. Acesso em: 3 maio 2013.

CORAZZA, G. O “regionalismo aberto” da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 135-152, maio 2006.

FIGUEIREDO, F. As Transformações do Pós-Guerra e o Pensamento Econômico da Cepal. *Revista de Economia Política*, Campinas, v. 10, n. 4, p. 138-150, out./dez. 1990.

GUERRA, O.; TEIXEIRA, F. 50 anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 10, n. 1, p. 87-98, jun. 2000.

HIRSCHMAN, A. O. Transmissão Inter-regional e Internacional do crescimento econômico. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p.35-52.

KAHN, R. F. The relation of home investment to unemployment. *The Economic Journal*, v. 41, n. 162, p. 173-198, jun. 1931.

KEYNES, J. M. *A Teoria Geral do Juro, do Emprego e da Moeda*. São Paulo: Nova Cultura, 1983.

LINS, A.; LIMA, J. P. R.; GATTO, M. F. Uma Aplicação da Teoria da Base Exportadora ao Caso Nordeste. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 43, n. 1, p. 10-31, jan./mar. 2012.

MENEZES, V. O comportamento recente e os condicionantes da evolução da economia baiana In: BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Tendências da economia baiana*. Salvador: SEPLANTEC, 2000. p. 23-56. (Série estudos estratégicos).

MYRDAL, G. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

NORTH, D. C. Teoria da Localização e Crescimento Econômico Regional. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977. p. 291-314.

- OLIVEIRA, S. J. M.; GILHOTO, J. J. M. Impacto das Exportações Brasileiras na Produção e na Renda Nacionais: uma abordagem insumo-produto. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. *Anais eletrônico*...Rio Branco: SOBER, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/03O155.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2013.
- PERROUX, F. O conceito de polo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.p. 145-156.
- PESSOTI, G. C.; PESSOTI, B. C. Uma análise da política de atração de investimentos industriais da Bahia com especial referência ao recôncavo baiano no período 2000 a 2004. *Revista Desenhahia*, Salvador, v. 5, n. 9, p. 89-116, set. 2008.
- PINTO, A. Natureza e implicações da “heterogeneidade estrutural” da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000. (v. 2).
- RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1982.
- RODWIN, L. *Planejamento urbano em países em desenvolvimento*. Rio de Janeiro: USAID, 1967.
- SANTOS, U. P. dos; OLIVEIRA, F. H. P. de. Três Fases da Teoria Cepalina: uma análise de suas principais contribuições ao pensamento econômico latino-americano. *Análise*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 4-17, jul./dez. 2008.
- SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1982.
- SPINOLA, N. D.; ARAÚJO, L. C. de; PEDRÃO, F. C. *30 anos da indústria, comércio e turismo na Bahia 1966/1996*. Salvador: SICM-Ba:IPA-UNIFACS, 1997.
- SPINOLA, N.; PEDRÃO, F. C.; ZACARIAS, J. R. *A indústria no estado da Bahia: uma proposta de política industrial*. Salvador: SIC-Ba, 1983.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Boletim de Comércio Exterior da Bahia*. 2013a. Disponível em: <[www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)>. Acesso em: 13 maio 2013.
- \_\_\_\_\_. *Índice de Dinamismo Econômico Municipal (IDEM)*. 2013b. Disponível em: <[www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br)>. Acesso em: 13 mai. 2013b.

WATKINS, M. H. Teoria primária do crescimento econômico. In:  
SCHWARTZMAN, J. (Org.). *Economia regional: textos escolhidos*. Belo  
Horizonte: Cedeplar, 1977.

